

O PATRIMÔNIO EM QUESTÃO*

*Antonio Gilberto Ramos Nogueira***

“Revisitando os descobrimentos: práticas, espaços e linguagens da comemoração” parece ser o mote ideal para pensar a questão do patrimônio cultural no Brasil e suas políticas públicas de preservação. Quando, nos anos 30, os intelectuais, revestidos de uma rebeldia modernista, empenharam-se em colocar em prática uma política que atendesse às expectativas daqueles “homens da cultura” em definir a brasilidade, a noção de patrimônio pareceu ser a fórmula ideal para objetivar a idéia de uma nação em construção. Partindo do pressuposto de que o conceito abstrato de nação sinaliza a idéia de pertencimento a uma “comunidade imaginada”, a escolha de determinados bens de caráter histórico e nacional, em sua maioria edificações, cumpre o objetivo de visualizar simbolicamente a entidade nação. Nessa perspectiva, a noção de patrimônio se consubstancia na capacidade evocativa de representar a nação a partir de determinados valores atribuídos a seus bens culturais.

É evidente que, quando a reflexão toma esse rumo, se faz necessário explicitar uma série de inquietações de ordem metodológica, epistemológica, social e, seguramente, política que estão imbricadas no olhar de quem se aventura a trabalhar com o tema. Hoje, mais do que outrora, questiona-se a autoridade e a legitimidade de qualquer grupo que seja em selecionar o que deve ser preservado ou não, a fim de definir o que é um bem cultural. Esse questionamento surge da necessidade de refletir sobre a noção de

* Texto elaborado a partir de reflexões feitas nas disciplinas oferecidas pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP (doutorado), ministradas pelas professoras Déa Ribeiro Fenelon, Maria Odila da Silva Dias, Denise Bernuzzi de Sant’Anna e Yara Aun Koury. Trata-se de uma abordagem que enfoca algumas questões que fazem parte da pesquisa *Por um inventário dos sentidos: Mário de Andrade e a concepção de inventário*, sob a orientação da professora Márcia Mansor D’Alessio.

** Doutorando no Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP, orientado pela professora doutora Márcia Barbosa D’Aléssio.

valor que é atribuída aos patrimônios culturais para entender como se dá seu processo de construção. Neste sentido, é uma postura que coloca o patrimônio como um processo, em permanente construção.

Numa perspectiva histórica, a construção da idéia de patrimônio no Brasil, como em vários países da América Latina, surgiu da emergência de constituição do nacional, notadamente na década de 30. Herdeiras do modelo estatal francês, as iniciativas pioneiras de preservação no Brasil revelam uma semelhança que extrapola o nome da instituição: Inspeção de Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil¹. Na França, a noção de patrimônio histórico e nacional está estritamente vinculada à idéia de nação e formação do Estado Nacional. Sua gênese encontra-se no final do século XVIII, quando o Estado assumiu, em nome do interesse público, a proteção legal de determinados bens, devido à sua capacidade de simbolizarem a nação. Diante da perda e da necessidade de coibir e proteger do vandalismo dos revolucionários as propriedades do Estado, da nobreza ou do clero, a consolidação e institucionalização da prática preservacionista consubstanciou-se quando o interesse político, calcado na idéia de um “patrimônio de todos”, garantiu um estatuto ideológico legitimador do poder estatal².

No Brasil, a constituição das idéias de patrimônio traz em seu bojo o pressuposto de uma autêntica tradição brasileira, categorizada pelas idéias de passado-futuro, de universalidade e de nacional que, de certa forma, é a própria representação da cultura brasileira. Porém, cabe salientar que esse pressuposto, além de servir como um dispositivo bastante eficaz na consecução do discurso sobre patrimônio, representa também, num universo múltiplo, a constituição do político, do histórico, do artístico, etc.

Ao fazer um recuo no tempo com o intuito de detectar as iniciativas pioneiras da prática preservacionista, percebi uma postura sempre vinculada ao nacional. Ela se torna mais explícita a partir das décadas de 20, 30 e 40, quando as classes política e intelectual começam a discutir a criação de várias instituições que reflitam essa nova realidade e sirvam de mediação simbólica das narrativas nacionais sobre o patrimônio cultural³.

1 Cópia: extraído do volume XXIII dos Annaes da Câmara dos Deputados, 1923. Projeto apresentado pelo deputado pernambucano Luis Cedro.

2 Fonseca, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro, UFRJ/Minc-Iphan, 1997, p. 41.

3 Nogueira, Antonio Gilberto Ramos. *O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN e a Redescoberta do Brasil: a sacralização da memória em pedra e cal*. São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP, 1995 (Dissertação de mestrado).

Contudo, a institucionalização do patrimônio no Brasil, com a criação do SPHAN, em 1937, assim como na França, orientou o resgate do passado no sentido de cristalizar os elementos do nacionalismo na construção da identidade nacional. Nessa perspectiva de análise, o legado da “fase heróica” é resultante de uma redescoberta do Brasil, traduzida em sua concepção de cultura, abrigo das manifestações estéticas e históricas da coletividade brasileira que, sob muitos aspectos, são os símbolos do poder constituído. Mediada por intelectuais que vão parar na repartição, a política federal de preservação, em sintonia fina com o projeto nacional dos modernistas, funciona como um mecanismo ideológico legitimador da própria política nacional do Estado. A equação desses dilemas e desafios estava condicionada a colocar o país em pé de igualdade com nações ditas civilizadas.

Nota-se que essa prática do SPHAN teve um certo grau de eficácia na produção simbólica dos patrimônios nacionais, porém não podemos deixar de perceber que seu alcance circunscreve-se ao circuito de seus produtores. A maioria da população não se reconhece nesses símbolos, diante das dificuldades de decodificar um saber específico, ainda que considere a preservação uma atividade importante. “Desprovida da memória social que lhe permite a consciência histórica – pelo efeito desagregador da impossibilidade de acumular suas realizações como cultura –, a maioria da população continuou sem se reconhecer nesses símbolos sendo então expropriada, mais uma vez, de suas memórias e histórias”⁴.

Partindo de uma concepção de cultura que se situa no universo do sentido, a problemática da cultura, o domínio cultural, tudo isso tem a ver com a produção, o armazenamento, a circulação, o consumo, a reciclagem, apropriação e o descarte de sentidos e significados, enfim, valores. Porém, não se deve pensar em sentido e valores abstratos, por si mesmos, pois estes estão imbricados num circuito de vida social. Assim, a cultura engloba tanto os aspectos materiais como não materiais das experiências da vida cotidiana.

Tomando a cultura como um universo historicamente criado a partir de escolhas, sentidos e valores, evidencia-se um campo de lutas em que o jogo de forças entre indivíduos ou grupos na transformação de suas opções e escolhas em padrões de comportamentos socialmente aceitos, revela o caráter político do universo cultural. Pretender que a cultura tenha funções anestésicas, de harmonização e integração social, já é uma forma cultural de agir segundo interesses hegemônicos. Exemplo, o tombamento.

4 Felton, Déa Ribeiro. “São Paulo: Patrimônio Histórico-Cultura e Referências Culturais”. *Projeto História: Espaço e Cultura*, n. 18, São Paulo, Educ, 1999, p. 291.

O chamado patrimônio cultural, portanto, para ser identificado e entendido, carece de conhecimento sobre os circuitos de produção e consumo de sentido e valor, numa sociedade (e não, prioritariamente, do levantamento e reconhecimentos de traços empíricos a *priori* categorizados como culturais). Esta ótica teria que impor mudanças radicais de rumo e procedimentos nos trabalhos de Inventário e cadastramento cultural, ultrapassando as cómodas sintomatologias positivistas a que os especialistas e técnicos tanto se afeiçoaram...⁵

Neste movimento, a intenção é trabalhar o Inventário a partir da concepção de Mário de Andrade, como mais uma possibilidade de preservação, principalmente quando se refere às manifestações populares, preocupação constante de Mário de Andrade e Paulo Duarte diante do progresso avassalador da cultura urbana e da problemática amadorística da documentação folclórica. A pesquisa do mestrado revelou, numa análise que tinha outra perspectiva, a prioridade do tombamento dos bens edificados no Brasil em detrimento deste instrumento que vem ganhando força cada dia mais nas políticas culturais de preservação.

Na intenção de trazer novos elementos para interpretações mais abrangentes da concepção de Inventário proposta por Mário de Andrade, caminho no sentido de entender a política de preservação do patrimônio cultural para além do âmbito da proteção dos bens. É necessário dimensionar sua ação para o universo maior que constitui o seu processo de produção: os critérios que regem a seleção de bens e justificam sua proteção, identificar os sujeitos envolvidos nesse processo e os objetivos que alegam para legitimar seu trabalho, definir a ação do Estado em relação a esta prática social e evidenciar a recepção/apropriação desses bens por parte da sociedade.

O limite para uma sondagem mais sistemática é o período compreendido entre a “Viagem de descoberta do Brasil”⁶, em 1924, a 1938, quando do desligamento de Mário de Andrade do Departamento Municipal de Cultura do Município de São Paulo. A delimitação deste recorte para a investigação obedeceu ao intuito de privilegiar a me-

5 Meneses, Ulpiano T. Bezerra de. “Os “usos culturais” da Cultura: Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais”. In: *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo, Hucitec, 1999.

6 Elegi a “Viagem de descoberta do Brasil” a Minas Gerais como marco fundador das problemáticas modernistas por entender que 1924 passou a figurar na agenda desses intelectuais como um momento de tomada de consciência da alienação vivida pela cultura brasileira. A caravana paulista, como ficou conhecida, tinha como objetivo mostrar ao poeta francês Blaise Cendrars e a seus membros como Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade e o filho Nonê, D. Olívia Guedes Pentecado, Paulo Prado, o próprio Mário de Andrade que já conhecia Minas, entre outros, os aspectos significativos da cultura brasileira.

odologia utilizada no recolhimento de material nas viagens etnográficas, principalmente os multimeios como um instrumento próprio de preservação; a prática do Departamento de Cultura e as aulas do curso de Etnografia e Folclore que se desdobraria na Sociedade de Etnografia e Folclore, espaço fundamental para a formação de pesquisadores de campo. É também neste momento que a concepção de Inventário de Mário vai tomar um perfil mais definido.

Entender o Departamento de Cultura de São Paulo como a “perpetuação de uma organização brasileira de estudos de coisas brasileiras e de sonhos brasileiros”⁷ idealizado ainda nos anos 20 por Paulo Duarte e Mário de Andrade, entre tantos outros, é o caminho natural que as pistas me levaram a seguir.

Em 1936, Mário de Andrade, então diretor do Departamento de Cultura, e o deputado Paulo Duarte, chefe do gabinete do prefeito Fábio da Silva Prado, em declarações na imprensa ou nos discursos da Assembléia Legislativa de São Paulo, denunciavam a precária situação etnográfica científica no Brasil, que prejudicava muito os estudos específicos do folclore, elemento fundamental na construção do conceito de brasilidade segundo os pressupostos modernistas:

Faz-se necessário e cada vez mais que conheçamos o Brasil. Que sobretudo conheçamos nossa gente do Brasil. E então, si recorremos aos livros dos que colheram as tradições orais, e os costumes da nossa gente, desespera a falta de valor científico dessas colheitas. São descrições imperfeitíssimas, incompletas, a que muitas vezes faltam dados absolutamente essenciais. São músicas reduzidas a ritmos simplórios, não se sabe como recolhidas, a maior parte das vezes guardadas na memória, e não colhidas diretamente do contador popular (...)

A Etnografia brasileira vai mal. Faz se necessário que ela tome imediatamente uma orientação prática baseada em normas severamente científicas. Nós não precisamos de teóricos, os teóricos virão a seu tempo. Nós precisamos de moços pesquisadores, que vão à casa do povo recolher com seriedade e de maneira completa o que esse povo guarda e rapidamente esquece, desnortado pelo progresso invasor. (...)⁸

Neste sentido, a ação do Departamento e sua política cultural mostrou dois caminhos a seguir: a Sociedade de Etnografia e Folclore e a Missão de Pesquisas Folclóricas.

7 Duarte, Paulo. “Departamento de Cultura: vida e morte de Mário de Andrade”. *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, DPH, vol. 198, 1990. (Edição Fac-similar do n. 106, 1946.)

8 “A situação etnográfica no Brasil”, *Jornal Síntese*, Belo Horizonte, nº 1, outubro de 1936.

Se a primeira surge da necessidade de tornar científica a pesquisa folclórica e fornecer subsídios para muitas de suas ações, a proximidade com a emergente Universidade de São Paulo se fez presente de imediato – senão vejamos a formação de seus quadros: Claude e Dina Lévi-Strauss, Roger e Paul Arbousse Bastide, Pierre Monbeig e nomes nacionais de grande representatividade como Fernando Azevedo, Emilio Willens, entre tantos –, a segunda, considerada a última atividade experimental do Departamento, tinha por missão mostrar o Brasil aos brasileiros. É a análise deste material coletado (fotos, filmes, cadernetas de campo, registros sonoros, melodias registradas por meios não mecânicos, danças, o saber fazer, etc.), sistematizado pelos pesquisadores de campo e organizado pela chefe da Discoteca Pública Municipal, Oneyda Alvarenga, até agora praticamente inédito, que servirá de base fundamental para esta pesquisa.

Luís Saia, aluno de Dina Lévi-Strauss e um dos fundadores da Sociedade de Etnografia e Folclore, na condição de chefe da Missão de Pesquisa Folclórica em entrevista ao *Diário Carioca*, reafirmou os objetivos da missão e ratificou o caminho seguido:

O objetivo principal da Missão é a pesquisa do folclore musical. Para esse fim a Missão está devidamente equipada. Dispomos de um aparelho de gravação dos mais aperfeiçoados e modernos, e de uma máquina cinematográfica para a filmagem de danças, etc. Contudo, o nosso campo de ação não se restringe ao folclore musical. Estende-se, também, à colheita de material relativo a costumes, arquitetura, enfim, a todas as modalidades da técnica popular. (...) Vamos trabalhar intensamente, certos de que estamos servindo à causa da cultura nacional (...).⁹

Muito da proposta de Inventário de Mário, além de ter uma base teórica calcada na etnografia, preocupava-se constantemente em perceber a dimensão das manifestações populares sob o enfoque da linguagem como código, informação significativa de arte e cultura. Diante destes preceitos, indagamos se o que Mário procura registrar em suas viagens etnográficas, sistematizado mais tarde pelos membros da Sociedade Etnográfica e da Missão Folclórica e que vai servir como arcabouço teórico e metodológico de seu anteprojeto do SPHAN, não seria uma espécie de Inventário dos Sentidos?

Sem dúvida, esta preocupação que amplia a concepção de bem cultural, traduzido em novas linguagens, leva-o a um dimensionamento maior perante a diversidade dos

9 “Uma grande obra em favor da cultura nacional”. *Diário Carioca*, 8 de Fevereiro de 1938. Hemeroteca Doc. nº 9, DOA/CCSP.

suportes e documentos de cultura. Assim, pode-se depreender que o patrimônio, em última instância, são os próprios sentidos: o visual, o auditivo, o palato-olfativo e o tátil. Problemática compreensível, uma vez que “a concepção de Mário de Andrade de Cultura não se restringia às categorias tradicionais de arte, incluindo também manifestações não tangíveis e dinâmicas como cantos, lendas, culinárias, danças, superstições, medicina popular, etc.”¹⁰

Mais uma vez, o diálogo com as fontes da Sociedade Etnográfica permeado pelas palavras de Dina Lévi-Strauss em sua aula inaugural do Curso de Etnografia e Folclore vai revelando, em grande parte, a hipótese aludida acima:

(...) Ora, a etnografia, no seu ponto de vista particular e concreto, não pode partir de soluções filosóficas. E no curso ora iniciado se esforça por dissolver a noção abstrata, contentando-se com estudar minuciosamente, não conjuntos, mas uma determinada técnica, um dado comportamento, qualquer manifestação de cultura humana, por pequena que seja, desde que apresente alguma particularidade...

Segundo o conceito de Mauss, quasi todos os fenômenos da vida são traduzíveis pelos objetos materiais, por causa da suscetibilidade do homem de deixar seus traços sobre as cousas que fabrica.

Este é o valor geral do método. Considerado em particular, o Brasil pode dizer-se, é o país que está a pedir, com urgência e com minúcias, estudos etnográficos.¹¹

Estas proposições não vão encontrar ressonância nem mesmo em Rodrigo, amigo e chefe de Mário no SPHAN, que também não consegue dimensionar e problematizar a questão do que pretendia “catalogar” todas as manifestações culturais do homem brasileiro. Nesta proposta de entender a “verdadeira dimensão” do Inventário, remetem-nos à contribuição de Varine-Bohan que, ao falar da importância e da especificidade do processo de proteção de um patrimônio cultural, diz:

A primeira coisa contra a qual nos defrontamos é o conhecimento e a proteção deste patrimônio. Hesitei durante muito tempo para saber se deveria começar pelo problema do conhecimento denominado “inventário”, estudo, pesquisa, ou se devia começar pela pro-

10 Azevedo, Paulo Ormino de. “Por um inventário do patrimônio cultural brasileiro”, *RPHAN*, nº 22, 1987, p. 82.

11 Resumo da aula inaugural do *Curso de Etnografia instituído pelo Departamento Municipal de Cultura* e dirigido pela Sra. Lévi-Strauss, fundo SEF, nº 4.

teção, os perigos, sua análise e seu tratamento. Acho impossível decidir o que vem em primeiro lugar, porque é frequentemente o perigo que faz conhecer o que inventariar.¹²

Este também parece ter sido o dilema de Lúcio Costa, quando chefe da Divisão de Estudos e Tombamento em 1947: paralisar as obras em andamento e destinar integralmente a verba do órgão na coleta e compilação maciça de informações dos bens culturais.¹³

Para a realização da proposta de “inventário” e “tombamento”, o anteprojeto de Mário sugere ao órgão criar uma Repartição Foto-Fono-Cinematográfica ao lado da Repartição de Desenho e Pintura. Em torno deste assunto, o projeto recomendava não medir gastos e esforços para pôr em funcionamento a repartição que deveria ter material de primeira e técnicos especializados. A utilização dos multimeios como instrumentos e elementos da própria ação do tombamento deixa claro a preocupação de Mário em preservar as obras folclóricas em detrimento da ação do tempo, além de mostrar sua afinidade com os territórios da imagem e som.

Da mesma forma com que a inscrição num dos livros de tombamento de tal escultura, de tal quadro histórico, dum Debret como dum sambaqui, impede a destruição ou dispersão deles, a fonografia gravando uma canção popular cientificamente ou filme sonoro gravando tal versão baiana do bumba-meu-boi, impedem a perda desta criações que o progresso, o rádio, o cinema estão matando com violenta rapidez.

Feito este trabalho, “tombadas” as obras folclóricas que dependem de realização no tempo, então poderá se pensar em fotografar os monumentos plásticos, os edifícios, as paisagens, os quadros, os objetos de arte que o tombamento já preservara anteriormente da morte ou da fuga. E então pensar-se também, ou ainda mais tarde, na reprodução por meios gráficos, de tudo isso.¹⁴

Aqui o autor deixa explícito o lugar central ocupado pela imagem em sua metodologia, principalmente, com relação à educação: “defender o nosso patrimônio histórico e artístico é alfabetização”. Valendo-me agora do conceito de Inventário e Tombamento como uma ação conjunta do ato de preservar, estas idéias gestadas concomitantemente

12 Varine-Bohan, Hugues de. *Patrimônio Cultural: a experiência internacional*, 1975, p. 6.

13 Guedes, Maria Tarcila. “Inventário nacional dos bens imóveis tombados”, *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, nº 22, 1987, pp. 86-9.

14 MEC/SPHAN/Pró-Memória. *Rodrigo e o SPHAN*, 1987.

vão seguir rumos diferentes na prática preservacionista no Brasil. No exercício de perscrutar, entendo como a necessidade de identificar e inscrever as manifestações culturais de um povo e como papel do Tombamento a posterior conservação e preservação dos bens de maior valor representativo para a história das gerações futuras. O Tombamento, ainda sob o ponto de vista da preservação, pode ser entendido como um valor que é dado ao bem cultural escolhido e separado dos demais como salvaguarda de perpetuação da memória.¹⁵

Paulo Ormino de Azevedo faz um estudo das experiências preservacionistas, principalmente na Europa, fundamentadas no Inventário como um instrumento de preservação. Na França, Inglaterra, Alemanha e Colômbia, além da categoria do tombamento (classificação), há o inventário que funciona como uma proteção suplementar. Há imóveis que são tombados, outros apenas inventariados. Variam níveis de proteção, além de ser utilizado como meio de se estabelecer critérios flexíveis de conservação, negociados diretamente com os proprietários.

No Brasil, as experiências relatadas pelo autor passam pela Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo. A discussão ganha maior dimensão a partir da década de 70, período de grande efervescência impulsionado pelo processo de redemocratização, resultando no *I Encontro sobre Inventários de Proteção do Patrimônio Cultural* realizado em Salvador no ano de 1980. O IPAC da Bahia, um dos maiores e mais completos inventários do país, significou um grande avanço nesta categoria, inovando em sua proposta com a utilização da informática:

Cópias microfilmadas de fichas e dossiês destes e de outros inventários poderão ser reunidas em um centro de documentação do patrimônio nacional e sistematizadas com os recursos da informática, com entradas como identidade, localização, histórico, descrição e estado atual, o que permitirá uma exploração extensiva (informações sobre grande número de bens) ou intensiva (grande número de informações sobre cada bem) para a produção e atualização do inventário e atlas do patrimônio nacional, repertórios, índices, bibliografias e avaliações periódicas do estado de conservação do nosso patrimônio, além da identificação instantânea de peças apreendidas pela alfândega.¹⁶

15 Convém esclarecer que o termo *Tombamento* corresponde à *Classificação*, utilizado comumente por outros países. No Brasil, o anteprojeto (SPHAN) de Mário de Andrade preferiu o termo *Tombamento* para designar a inserção do Bem Cultural em um livro no qual consta o acervo do patrimônio nacional.

16 Azevedo, Paulo Ormino de, op. cit., p. 83.

A atividade preservacionista desenvolvida pelo SPHAN vai apresentar como resultado, logo nos primeiros anos, um grande desenvolvimento na escolha de bens de valor excepcional sob a tutela do Estado. Em detrimento desta opção, que colocaria o inventário subordinado ao tombamento e não como um instrumento complementar, vê-se quanto a concepção de um inventário abrangente nas idéias de Mário vai ser limitada pelo decreto-lei 25/37. O próprio Rodrigo reconhece tais limitações.¹⁷

Esta proposta de Inventário, retomada por Aloísio Magalhães na criação do Centro Nacional de Referência Cultural, mas que não chegou a vingar, ganhou destaque no II Encontro de Governadores para a Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil, realizado em Salvador em 1971, sob a orientação de Paulo Ormino de Azevedo: “Propôs-se também outros instrumentos, a exemplo do registro sonoro, audiovisual e cinematográfico – como o meio mais adequado de difundir e preservar modos de criar, fazer e viver de nosso povo, que por sua natureza não podem ser tombados”¹⁸.

Antes de finalizar, gostaria de tecer algumas considerações sobre a proposta de Inventário aqui discutida. Se o projeto é inovador para o período, pois pretendia preservar as tradições populares ameaçadas pelo progresso avassalador da industrialização e da cultura urbana, em outro sentido, não dá conta das tensões sociais que o envolvem, levando a uma diluição dos conflitos iminentes. Além disso, ao se propor inventariar as culturas pré-industriais, parece que a preocupação maior é com as manifestações culturais e não com as práticas culturais. Tomando como exemplo a “viagem de descoberta do Brasil” em 1924 a Minas, o roteiro e as datas escolhidas por seus membros denunciam que a preocupação maior desses eruditos é com as manifestações em si e não com os sujeitos que as compõem. Quando há uma preocupação neste sentido é com a intenção de moldá-los para tornar possível e aceitável sua inserção no processo de civilização, segundo um saber técnico. Neste sentido, a concepção de cultura vinculada à idéia de civilização e progresso vai de encontro à dimensão trabalhada por Raymond Williams que pensa a cultura como inserção dos sujeitos na história, problematizando desta forma a questão da cidadania como um espaço para que os sujeitos se façam.

17 MEC/SPHAN/Pró-Memória. *Rodrigo e o SPHAN*. 1987.

18 Azevedo, Paulo Ormino de. “Inventário como instrumento de proteção: A experiência pioneira do Ipac-Bahia”. *Inventário de identificação*. Rio de Janeiro, 1998, p. 76.

Quando se trata de uma definição mais consistente do conceito de patrimônio não podemos entendê-lo apenas como um conjunto de bens de valor excepcional que merecem se perpetuar como testemunhos de um povo. Faz-se necessário não esquecer que a sua designação como conjunto de bens só é legítima na medida em que o homem atribui a eles significados. Diante destas premissas, o direito à cultura tão amplamente difundido nos últimos tempos só tem sentido quando concebido como direito à diferença.

A compreensão de tal relação que proponho só será possível se situada no horizonte histórico de construção da sociedade brasileira, entendendo a preservação do patrimônio – seu inventariamento e seu tombamento – como um processo cultural. A construção da nação por meio do resgate de valores históricos e estéticos, desconstruída simbolicamente, leva a uma visualização da memória nacional. É mister, diante destas indagações, evidenciar que “se é verdade que o patrimônio serve para unificar uma nação, as desigualdades na sua formação e apropriação exigem que se o estude, também, como espaço de luta material e simbólica entre as classes, as etnias e os grupos”¹⁹.

Para tanto, o inventário e o tombamento caminham na mesma propositura do monumento/documento, quando se denota neste ato de preservação uma intenção de construção do passado. Com a reelaboração ou a apropriação simbólica estes bens que são recriados pela preservação passam a carregar consigo, inclusive, as marcas do processo que os transformou em bens culturais do patrimônio. Pode-se mesmo dizer que todo tombamento é um ato político, pois, quando se reveste o bem tomado de uma espécie de aura esta ação o leva da rota da história quotidiana para uma história sacralizada, segundo o livre arbítrio de quem a reinventou.

19 Canclini, Néstor García. O Patrimônio Cultural e a Construção Imaginário do Nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 23, pp. 95-115.